



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**16/01/2014**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	1 - 2
1.2. PORTAL DO JUDICIÁRIO.....	3
2. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	4
2.2. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	5 - 8
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	9 - 15
3.2. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	16 - 19
3.3. VARAS CRIMINAIS.....	20
4. JORNAL EXTRA	
4.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	21 - 22
4.2. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	23
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. CNJ.....	24
5.2. DESEMBARGADORES.....	25
5.3. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	26
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	27 - 34
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. MUTIRÃO CARCERÁRIO.....	35
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	36
8.2. CNJ.....	37
8.3. COMARCAS.....	38 - 39
8.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	40 - 44
8.5. PORTAL DO JUDICIÁRIO.....	45

# INICIADO O MUTIRÃO QUE ANALISARÁ SITUAÇÃO PROCESSUAL DE PRESOS NO MA



⇒ Aldy Mello Filho, Mariana Albano de Almeida e Fabíola Barros com defensores públicos que atuarão no mutirão carcerário

# Iniciado o mutirão que analisará situação processual de presos no Maranhão



Aldy Mello Filho, Nelma Sarney e demais representantes do Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público, durante a abertura dos trabalhos

Foi iniciada, nesta quarta-feira (15), uma força tarefa da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), do Ministério Público (MPMA) e do Poder Judiciário com a finalidade de proceder à análise da situação processual de todos os presos provisórios e definitivos da capital e do interior do estado.

As atividades estão detalhadas em resolução conjunta da DPE/MA, MPMA e Tribunal de Justiça do Maranhão, que instituiu uma comissão de trabalho do sistema de justiça criminal, constituída por representantes dos referidos órgãos, com fins específicos de identificar

e diagnosticar o quantitativo de presos custodiados nos diversos presídios do Maranhão e apreciar a situação processual de cada um, adotando as providências cabíveis no âmbito da competência de cada órgão.

Presente no início dos trabalhos, o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, explicou que o mutirão terá caráter processual e presencial. "A partir de hoje (15), até o mês de abril, 21 defensores públicos da capital, com atuação nas Varas Criminais e de Execução Penal, procederão à análise dos processos em tramitação nas Varas Criminais, postulan-

do as medidas judiciais cabíveis, dentre elas, pedidos de liberdade provisória para aqueles que façam jus a tais benefícios, à luz das disposições legais", destacou.

O defensor geral adiantou, ainda, que está previsto, para o próximo dia 27, o início do atendimento presencial no Complexo de Pedrinhas, começando pelo Centro de Detenção Provisória (CDP) e pela Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) de Pedrinhas, que são unidades de presos provisórios. "Em relação aos presos do interior, que se encontram recolhidos nessas unidades, a Corregedoria de

Justiça solicitará a remessa dos processos para análise pela Defensoria Pública e posterior deliberação do Ministério Público e do Judiciário", relatou.

A ação será reforçada com o auxílio de defensores públicos de outros estados. "No próximo dia 22 haverá uma reunião com a Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário, o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) e a Defensoria Pública (DPE/MA) para deflagrar o início dos trabalhos. A previsão é de que chegarão ao Maranhão para participar das ações 30 defensores públicos de outros estados", informou Aldy Filho.

A corregedora geral de Justiça, Nelma Sarney, destacou a importância de uma atuação em conjunto das instituições integrantes do sistema de Justiça no sentido de contribuir para o enfrentamento da crise no sistema penitenciário local. "O Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público, através de suas representações institucionais e órgãos da execução, participam do Comitê de Gestão Integrada do Plano de Ação de Pacificação das Prisões em São Luís. A revisão dos processos é a nossa forma de contribuir na busca de soluções para o problema", disse.



## JUDICIÁRIO DISPONIBILIZA INFORMAÇÕES FINANCEIRAS EM TEMPO REAL

Informações referentes à execução orçamentária e financeira, aos recursos humanos e remunerações aplicadas na Justiça Estadual podem ser acessadas, em tempo real, sem restrições, por qualquer cidadão no Portal da Transparência do Judiciário ([www.tjma.jus.br/financas](http://www.tjma.jus.br/financas)). O portal reúne a quantificação do quadro funcional e dos cargos em comissão, salários de magistrados e servidores, e ainda o detalhamento de contratos nas áreas de serviços e obras, incluindo valores. Estão disponíveis dados atualizados sobre o orçamento público, empenhos e pagamentos, veículos oficiais, diárias e indenizações.

# Sessões de júri popular começam na próxima terça

Começam na próxima terça-feira (21), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, as sessões de júri popular de 2014. No mês de janeiro, serão julgados 17 acusados de homicídio ou tentativa de homicídio. Os júris começam às 08h30, nos salões de sessões, localizados no 1º andar do fórum.

No 1º Tribunal do Júri sentarão no banco dos réus Marcelo Lopes de Sousa (dia 22); Ismael Oliveira Silva (24); Amaral Barbosa Neres (27); Raimundo José Sousa da Silva Júnior, Wil Robson Castro da Silva e Florismar Henrique Pereira (29); e Ricardo Pinheiro Mendes (31).

As sessões do 2º Tribunal do Júri começam com o julgamento de Jean Carlos Moraes da Silva, no dia 21, Wellington Santos Lemos (23), Moisés Magno Soares Rodrigues (27), Genilson Pereira (29) e Josuel Ferreira Costa (31).

Já no 4º Tribunal do Júri serão julgados Marcos Wendel de Oliveira Costa (21), Júlio dos Santos Gomes (23), José Gleison Araújo Oliveira (28), Clelton Roberto Moraes e Ney Costa da Silva (30).

No 3º Tribunal do Júri não haverá sessão em janeiro, começando os julgamentos no dia 11 de fevereiro.

## MUTIRÃO CARCERÁRIO

# Tornozeleiras eletrônicas serão entregues a comitê

O equipamento utilizado para monitorar eletronicamente detentos do sistema prisional maranhense, uma das medidas tomadas pelo comitê formado para tentar conter a violência nos presídios locais, começaram a chegar em São Luís. A informação foi dada pelo desembargador José Ribamar Froz Sobrinho, coordenador-geral da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Poder Judiciário.

Segundo o magistrado, integrantes do Ministério da

Justiça ficarão encarregados de trazer os equipamentos ao Maranhão. "Nós fizemos já os contatos com o Ministério da Justiça e eles disseram que a partir deste dia [16] trarão os equipamentos", afirmou. No entanto, o desembargador não soube precisar a quantidade de pulseiras/tornozeleiras que serão implantadas em um primeiro momento.

Mas apesar da medida, o desembargador não concorda que elas sejam aplicadas a qualquer preso. "Elas devem ser usadas apenas com os chamados presos definitivos.

Estes precisam estar na cadeia ou sair para um trabalho ou qualificação. E o preso provisório, o juiz vai aplicar a medida alternativa e colocar a pulseira, para ser monitorado eletronicamente".

Além da implantação de monitoramento eletrônico [penas alternativas], o chamado 'Comitê de Ações Integradas' anunciou outras medidas que serão implantadas em curto e médio prazos, para tentar debelar a crise no sistema carcerário maranhense.

**Mutirão carcerário** - Começou na última quarta-feira

(15) o Mutirão Carcerário para a análise de processos de presos, que está sendo realizado pelo Ministério Público, Poder Judiciário e Defensoria Pública do Estado.

O mutirão é uma das recomendações do plano de ação e pacificação das prisões em São Luís, criado após a reunião do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, com a governadora Roseana Sarney, na semana passada.

A primeira fase do mutirão será no Fórum de São Luís, e a segunda será junto aos presos, dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

# MUTIRÃO CARCERÁRIO TERÁ TRINTA DEFENSORES DE OUTROS ESTADOS



*Trinta defensores públicos de outros estados devem chegar ao Maranhão nos próximos 15 dias, para reforçar as atividades do mutirão carcerário. **PAG.03***



# Mutirão terá defensores públicos de outros estados

Trinta defensores públicos de outros estados devem chegar ao Maranhão nos próximos 15 dias, para reforçar as atividades do mutirão carcerário. A decisão foi anunciada logo no início das atividades do mutirão, iniciado ontem o Fórum de São Luís, no Calhau.

A ação é uma das resoluções tomadas pelo 'Comitê de Ações Integradas' que tenta debelar a crise no sistema carcerário maranhense. O mutirão terá a finalidade de analisar os processos criminais de presos provisórios que estão no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A primeira fase do mutirão será realizada até 13 de abril, com a análise de aproximadamente mil processos, segundo informações da Defensoria Pública. Neste período 28 promotores de Justiça, 22 juízes e 21 defensores públicos locais também devem participar das análises dos processos.

A chegada dos defensores públicos de outros estados está prevista para acontecer a partir de 27 de janeiro. Somente então eles participam da segunda etapa do mutirão, que será realizada diretamente nas ins-



## Defensores públicos, juízes e promotores de Justiça começaram a debater medidas

talações do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, inicialmente no Centro de Detenção Provisória (CDP), logo depois, na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ).

De acordo com o promotor Cláudio Cabral Marques, haverá um terceiro momento em que serão analisados os processos de presos no interior do estado. "Precisamos fazer um diagnóstico completo do

sistema penitenciário no Maranhão, e esse será o momento para isso", afirmou.

Além do mutirão carcerário, o chamado 'Comitê de Ações Integradas' anunciou outras medidas que serão implantadas em curto e médio prazos, para tentar debelar a crise no sistema carcerário maranhense. São elas: remoção de presos; implantação de penas alternativas [dentre

elas o de monitoramento eletrônico de presos]; reforço no auxílio da Força Nacional; Plano de Ação Integrada de Inteligência e Segurança Nacional; construção de unidades prisionais; implantação de um núcleo para familiares de detentos; implantação de um núcleo de saúde prisional; capacitação de forças policiais; e integração de atividades entre o Ministério Público e Poder Judiciário.



# Iniciado o mutirão que analisará situação processual de presos no MA



**Aldy Mello Filho, Nelma Sarney e demais representantes**

Foi iniciada, ontem, uma força tarefa da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), do Ministério Público (MPMA) e do Poder Judiciário com a finalidade de proceder à análise da situação processual de todos os presos provisórios e definitivos da capital e do interior do estado.

As atividades estão detalhadas em resolução conjunta da DPE/MA, MPMA e Tribunal de Justiça do Maranhão, que instituiu uma comissão de trabalho do sistema de justiça criminal, constituída por representantes dos referidos órgãos, com fins específicos de identificar e diagnosticar o quantitativo

de presos custodiados nos diversos presídios do Maranhão e apreciar a situação processual de cada um, adotando as providências cabíveis no âmbito da competência de cada órgão.

Presente no início dos trabalhos, o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, explicou que o mutirão terá caráter processual e presencial. "A partir de hoje (ontem), até o mês de abril, 21 defensores públicos da capital, com atuação nas Varas Criminais e de Execução Penal, procederão à análise dos processos em tramitação nas Varas Criminais, postulando as medidas judiciais cabíveis, dentre elas, pedidos de liberdade provisória para aqueles que fa-

çam jus a tais benefícios, à luz das disposições legais", destacou.

O defensor geral adiantou, ainda, que está previsto, para o próximo dia 27, o início do atendimento presencial no Complexo de Pedrinhas, começando pelo Centro de Detenção Provisória (CDP) e pela Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) de Pedrinhas, que são unidades de presos provisórios. "Em relação aos presos do interior, que se encontram recolhidos nessas unidades, a Corregedoria de Justiça solicitará a remessa dos processos para análise pela Defensoria Pública e posterior deliberação do Ministério Público e do

Judiciário", relatou.

A ação será reforçada com o auxílio de defensores públicos de outros estados. "No próximo dia 22 haverá uma reunião com a Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário, o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) e a Defensoria Pública (DPE/MA) para deflagrar o início dos trabalhos. A previsão é de que chegarão ao Maranhão para participar das ações 30 defensores públicos de outros estados", informou Aldy Filho.

A corregedora geral de Justiça, Nelma Sarney, destacou a importância de uma atuação em conjunto das instituições integrantes do sistema de Justiça no sentido de contribuir para o enfrentamento da crise no sistema penitenciário local. "O Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público, através de suas representações institucionais e órgãos da execução, participam do Comitê de Gestão Integrada do Plano de Ação de Pacificação das Prisões em São Luís. A revisão dos processos é a nossa forma de contribuir na busca de soluções para o problema", disse.

Também participaram da abertura dos trabalhos, a subdefensora geral do Estado, Mariana Albano de Almeida, a corregedora geral da DPE, Fabíola Almeida Barros, a corregedora do MPMA em exercício, Rita de Cássia Baptista Moreira, juizes, promotores e defensores públicos.

# Verdades aparecendo

**A** medida que a poeira da crise no Complexo Penitenciário de Pedrinhas vai baixando, com a situação voltando à normalidade e as autoridades do Estado retomando a rotina de funcionamento da máquina pública, sem ter de dar explicações aos que só as pedem para fazer uso distorcido das informações e complicar mais ainda o cenário de confusão, a verdade começa a aparecer. Ela mostra que, ao contrário de quase tudo o que foi dito, a realidade é bem menos cruel do que foi pintada e que não houve a alegada negligência por parte do poder público em relação ao sistema carcerário. Não houve a celeridade necessária para evitar que rebeliões e para zerar o déficit carcerário, mas também não houve cruzamento de braços nem corpo mole.

A primeira verdade, que sob a pressão externa não foi dita nos dias que se seguiram ao ataque aos quatro ônibus e seus desdobramentos: quase metade do que Pedrinhas tem a mais em lotação é consequência da baderna violenta ocorrida na Casa de Detenção (Cadet) - que fica em frente ao complexo - em 2012, quando, sob as ordens dos chefões do crime nela trancafiados, os detentos destruíram os pavilhões e atearam fogo em tudo. Por conta do caos e da destruição, a Cadet foi fechada para reforma, e os baderneiros - cerca de 300 - foram transferidos para a já superlotada Pedrinhas. Não fosse a rebelião, a situação não teria chegado onde chegou. A Cadet deve ser reaberta no fim deste mês, devendo receber sua turma de volta. O que representará o enorme alívio para Pedrinhas.

Outra verdade: diante da pancadaria, o

Governo do Estado não mostrou que três presídios estão em obras no Maranhão - o de segurança máxima em São Luís (220 vagas), o de Coroatá (306) e o de Imperatriz (250), que já se encontra em fase de conclusão. Além disso, dois novos presídios serão

construídos, estes em parceria com o Governo Federal, e que não foram iniciados porque o programa federal que os financiaria foi suspenso por causa de problemas relacionados com os projetos

**São verdades que começam a aparecer e que ajudam a recolocar as coisas nos seus devidos lugares**

inicialmente sugeridos aos governos estaduais pelo Departamento Penitenciário do Ministério da Justiça. Nesse último caso, os desinformados divulgaram que o Governo do Maranhão teve de devolver R\$ 22 milhões por não ter apresentado projetos para dois presídios, quando a verdade é exatamente o inverso: o governo apresentou os projetos, mas, por causa de problemas no Ministério da Justiça, o programa foi suspenso dias antes da liberação dos recursos.

Mais uma verdade: mais da metade do excesso de detentos em Pedrinhas é de presos de Justiça, que aguardam o andamento de processos e julgamento. Entre eles, muitos que respondem por crimes de menor gravidade, que poderiam estar fora ou pagando penas alternativas. Um mutirão iniciado ontem por juízes, promotores e defensores públicos vai revisar 800 processos, muitos dos quais devem ser arquivados e o detento liberado ou acelerar o julgamento. Depois desse mutirão, a previsão é de que o excesso de detentos em Pedrinhas deverá diminuir em pelo menos 30%.

São verdades que começam a aparecer e que ajudam a recolocar as coisas nos seus devidos lugares, com os defeitos que estão sendo e os que devem ser corrigidos.





Leno Edroaldo/G1 Maranhão

A governadora Roseana Sarney conversou ontem com a presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, no Palácio dos Leões. Na reunião, foram discutidas ações para solucionar a crise carcerária. **Geral 6**

# Roseana Sarney se reúne com secretária de Justiça do Paraná

Acompanhada de assessores e técnicos, Maria Tereza Uille Gomes apresentou à governadora experiências para a solução de crise no sistema penitenciário do Maranhão; reunião aconteceu na tarde de ontem no Palácio dos Leões

Geraldo Furtado

**A** governadora Roseana Sarney, acompanhada de integrantes do Comitê Gestor de Ações Integradas do Governo do Estado, recebeu a visita da secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes. No encontro, realizado na tarde de ontem, no Palácio dos Leões, a secretária apresentou experiências bem-sucedidas de administração penitenciária, com o objetivo de colaborar na solução da crise prisional no Maranhão.

No encontro, a governadora expôs o detalhamento das ações que já estão sendo desenvolvidas pelo Estado. "É importante recebermos também contribuições de estados que já passaram por problemas no sistema carcerário, como o caso do Paraná. Com isso, aprendemos com experiências de sucesso e podemos utilizar essas informações no sistema penitenciário do Maranhão", afirmou a governadora Roseana.

A paranaense, que também preside o Conselho Nacional de Secretários Estaduais da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej), estava acompanhada de assessores e técnicos da secretaria. Na reunião, a secretária apresentou o modelo de gestão utilizado na Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, como a ferramenta de Business Intelligence (BI), que permite integrar dados do Poder Executivo e Poder Judiciário para acompanhamento dos presos, e a atualização permanente dos dados.

**Mutirões** - Ela destacou que o BI



Governadora Roseana em encontro com a secretária de Justiça do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes

**“ É importante recebermos também contribuições de estados que já passaram por problemas no sistema carcerário, como o caso do Paraná ”**

Roseana Sarney, governadora do Estado

dá agilidade e efetividade aos mutirões carcerários, permite o controle da população carcerária e a regulação da porta de entrada e saída do Sistema Penal. Também participaram da reunião os Secretários de Estado Aluísio Mendes (Segu-

rança Pública), Sebastião Uchôa (Justiça e Administração Penitenciária), Luiza Oliveira (Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania), Catharina Bacelar (Mulher); e o comandante da PMMA, coronel Aldimar Zanoni Porto.

Tereza Uille Gomes fica em São Luís até amanhã. Nesse período, ela participa de reuniões com representantes do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública.

No encontro, também foi ressaltado que, quarta-feira (15), teve início uma força-tarefa da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), do Ministério Público (MPMA) e do Poder Judiciário com a finalidade de proceder à análise da situação processual de todos os presos provisórios e definitivos da capital e do interior do estado. A ação é uma das 11 medidas a serem realizadas em parceria pelos governos do Estado e Federal em prol da Segurança Pública no Maranhão.



---

## Na Sejap, paranaense fala sobre o sistema carcerário

Antes da reunião no Palácio dos Leões, a secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes, participou de encontro com o secretário de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, e técnicos da Sejap. Na ocasião, ela também detalhou o programa eletrônico de informática que integra dados de todas as instituições do sistema carcerário, facilitando o acesso às informações sobre os internos.

De acordo com Maria Tereza Uille Gomes, o programa cruza as informações disponibilizadas pelos Poderes Executivo e Judiciário, dá celeridade na localiza-

ção e situação de internos e funciona como uma excelente ferramenta de comunicação entre os órgãos.

O programa chamado Business Intelligence (BI) vem sem dados para que o gestor trace a melhor forma de disponibilizar as informações. O investimento é de acordo com o número de senhas solicitadas pelos órgãos. Na base de dados, constam informações detalhadas do interno, tipo de regime e até o déficit de vagas por unidade.

A secretária, que também é presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária

(Consej), explica que para funcionar de maneira efetiva, cada órgão manda suas informações para alimentação do programa. "Um conselho pode ser criado para fazer o acompanhamento dessas informações para que o programa esteja sempre atualizado. Uma equipe de informática do Paraná estará à disposição para ajudar na estruturação do programa no estado", acrescentou.

**Unificação** - O secretário de Justiça e de Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, ressaltou que a unificação das informações é fundamental e de interesse da política pública penitenciária do estado. "Com um banco

de dados integrado teremos, além do intercâmbio de informações, uma ferramenta de fortalecimento das relações entre os órgãos", pontuou.

Estavam presentes ao encontro, os secretários adjuntos de Estabelecimentos Penais e de Justiça da Sejap, Hamilton Assunção e Kécio Rabelo, respectivamente; o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Tribunal de Justiça (TJ-MA), Ariston Apoliano; e representantes do setor de Informática da Sejap, Tribunal de Justiça e da Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná.



# Seiscentos presos vão ser monitorados com tornozeleiras

Equipamentos vão monitorar, a distância, detentos do regime semiaberto, que serão “liberados” pela Justiça para abrir vagas no Complexo de Pedrinhas. **Geral 5**

# Judiciário receberá tornozeleiras para liberar presos, informa Sejap

600 unidades serão usadas para a liberação de presos que estão no regime semiaberto

**Saulo Maclean**  
Da editoria de Polícia

O secretário da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), Sebastião Uchôa, recebeu, ontem, representantes do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) para debater sobre os problemas que envolvem o sistema carcerário do Maranhão e anunciou que o Poder Judiciário receberá hoje cerca de 600 tornozeleiras para liberar presos do regime semiaberto, monitorá-los eletronicamente e, assim, desafogar o Complexo de Pedrinhas. A reunião contou com presença de oficiais da Polícia Militar, que há quase um mês coordenam os trabalhos de segurança interna nas unidades prisionais de São Luís.

“Nosso propósito é amenizar os problemas de superlotação que enfrentamos nos presídios. Nesse contexto, o Depen vai se comprometer com a compra de parte desses equipamentos [tornozeleiras], enquanto que o Estado vai adquirir o restante após aberta às licitações. Na prática, vamos monitorar à distância os presos do regime semiaberto e abrir novas vagas”, disse Uchôa.

A alternativa planejada pela Se-



Sebastião Uchôa se reuniu ontem com representantes do Depen

jap, no entanto, não será estendida a presos do regime fechado, fora dos requisitos estabelecidos. “A opção das tornozeleiras só será aplicada aos presos que têm permissão para deixar a prisão durante o dia para trabalhar de forma digna e legal e retornar para a cadeia durante a noite. Não será o fim de todos os problemas, mas, certamente, vamos amenizar legalmente os problemas de superlotação, e, conseqüentemente, abrir novas vagas. Desta forma, vamos remanejar os detentos dos demais regimes que enfrentam esse tipo de problema”, explicou o titular da Sejap.

O processo de aquisição das tornozeleiras no sistema prisional do estado também foi confirmado pelo desembargador José Ri-

bamar Froz Sobrinho, coordenador-geral da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Poder Judiciário. Segundo o magistrado, integrantes do Ministério da Justiça ficarão encarregados de trazer os equipamentos ao Maranhão, uma das medidas anunciadas pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por meio do Comitê Gestor de Ações Integradas, que visa à resolução da crise no sistema carcerário.

“É mais uma medida para tentar conter a violência nos presídios locais. Os equipamentos começam a chegar a São Luís a partir de amanhã [hoje]”, informou Froz Sobrinho. “No caso do preso provisório, o juiz vai aplicar a medida

## Mais

**Além da adoção** do monitoramento eletrônico como pena alternativa, o Comitê Gestor de Ações Integradas já havia anunciado outras medidas que serão executadas em curto e médio prazos para conter a crise no sistema carcerário maranhense.

alternativa, colocar o equipamento e monitorá-lo eletronicamente. O preso chamado definitivo também precisa exercer um trabalho ou qualificação profissional”, lembrou o desembargador integrante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Monitoramento** - Também foi debatida com o Depen a necessidade manter a PM nos presídios da capital e a ampliação do chamado Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (Numege), criado pela Portaria nº 35/2013 da Sejap, para acompanhar a reintegração social daqueles que já deixaram a prisão. De acordo com o secretário Sebastião Uchôa, a Polícia Militar não será retirada dos presídios até que a rotina do sistema carcerário volte à sua normalidade. Segundo ele, as revistas de presos nas unidades prisionais serão intensificadas.

Leia mais em Geral 6

## **Somando I**

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, diz que a união das instituições será decisiva para resolver os problemas carcerários do estado.

Segundo a magistrada, o mutirão carcerário reflete a vontade conjunta dos órgãos em colaborar com a solução da crise.

Para ela, em cada processo será observada e respeitada a competência de cada órgão.

## **Somando II**

O promotor José Cláudio Cabral Marques também defendeu a união de esforços para resolver a crise carcerária.

Segundo ele, a responsabilidade nesse momento é de todos para que os presídios entrem numa rotina de segurança, que se reflita também nas ruas.

Cabral Marques considerou positiva a criação do Comitê de Gestão da Crise nos Presídios.

# Mutirão da Justiça vai revisar mais de mil processos

Juizes, promotores e defensores farão força-tarefa para analisar a situação dos presos da Ilha. Reunião entre membros do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública abriu ontem os trabalhos no Fórum de São Luís. **Geral 5**

Biné Moraes



A corregedora-geral do TJMA, desembargadora Nelma Sarney, explica detalhes do mutirão de análise de processos de presos da Região Metropolitana de São Luís entre a corregedora-geral em exercício do MP, Rita Moreira, e o defensor-geral do Estado, Aldy Mello Filho



# Mutirão carcerário vai analisar mais de 1.000 processos de presos

Em reunião realizada ontem com membros do Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública foram definidas diversas ações; mutirão não terá prazo para encerramento, disse a corregedora-geral do TJ/MA, desembargadora Nelma Sarney

**Mario Carvalho**  
 Da equipe de O Estado

A primeira ação para o início do mutirão carcerário no Maranhão ocorreu ontem numa reunião conjunta entre membros do Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública. A força-tarefa, que faz parte de um conjunto de 11 medidas anunciadas na sexta-feira passada pelo Governo e ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, já começa a analisar mais de 1.000 processos envolvendo presos da região metropolitana de São Luís. Ao todo, estarão atuando 22 juízes, 28 promotores de Justiça e mais 21 defensores públicos.

A abertura dos trabalhos ocorreu no 5º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa e contou com a presença da corregedora-geral do Tribunal de Justiça, desembargadora Nelma Sarney; da corregedora-geral em exercício do Ministério Público, Rita Moreira; do promotor de Justiça, José Cláudio Cabral Marques; e do defensor-geral do Estado, Aldy Mello Filho, entre outras autoridades.

Toda fase operacional dos trabalhos foi estabelecida pela Resolução Conjunta nº 01/2014, que criou a comissão de trabalho no âmbito do sistema prisional. O documento também tem como perspectiva a elaboração de um diagnóstico quantitativo de presos provisórios que estão custodiados nas unidades prisionais

do estado.

Segundo a corregedora do Tribunal de Justiça, Nelma Sarney, não existe prazo determinado para encerramento do mutirão carcerário. "Estamos iniciando esse trabalho pela capital. São dois mutirões que estão planejados nessa parceria firmada entre Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. O primeiro trabalho é de análise dos processos que já estão identificados nas varas criminal de São Luís e de outros municípios que integram a Grande Ilha, como São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar", declarou.

**Caso a caso** - Nelma Sarney destacou que nesse aspecto visual dos processos será avaliado caso a caso para identificar se a demanda que existe é real. "Em segundo lugar, analisaremos a situação processual do preso provisório para saber se ele já está sentenciado, se o processo já está dependendo de uma sentença, se está dependendo da expedição de carta de guia e se falta designar audiência de instrução. Enfim, os aspectos processuais que faltam para a regularização de cada preso. Depois disso, teremos a certeza de onde esses detentos estão colocados e se estão corretamente alojados no sistema prisional", frisou.

Para a corregedora do TJ, essa é uma forma de realocação do preso dentro do sistema penitenciário. Nelma Sarney informou que há cerca de 1.600 processos de presos só na Grande Ilha de São Luís. "Esse

quantitativo foi informado pelo próprio sistema penitenciário, mas, apesar disso, a gente não sabe ao certo se esse número pode ser ainda maior. Vamos saber agora se esse dado repassado pelo sistema é ou não real", observou.

A resolução conjunta que definiu o início dos trabalhos

do mutirão carcerário destaca ainda que a Secretaria de Administração Penitenciária irá colaborar com o encaminhamento de dados estatísticos e demais informações relacionadas aos encarcerados, o que deverá contribuir para o bom andamento das atividades.



Representantes de diversos órgãos debateram ontem a realização do mutirão carcerário

“

O mutirão reflete a vontade conjunta dos órgãos em colaborar com a solução da crise ora instalada. Cabe

destacar que, em cada processo, será observada e respeitada a competência de cada órgão para se manifestar”

Desembargadora Nelma Sarney, corregedora-geral do Tribunal de Justiça



## Defensores farão a análise dos processos, diz DPE/MA

A Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) contará no mutirão carcerário com o trabalho de 21 defensores públicos que já estão atuando nas varas criminais e de execução penal.

O defensor-geral do Estado, Aldy Mello Filho, informou que o mutirão carcerário terá caráter processual e presencial, ou seja, dois instantes distintos. "Inicialmente, os defensores procederão a análise dos processos em tramitação nas varas criminais, postulando as medidas judiciais cabíveis, dentre elas, pedidos de liberdade provisória para aqueles que façam jus a tais benefícios, à luz das disposições legais", declarou.

Aldy Filho destacou que em um segundo momento a ação da Defensoria Pública do Maranhão será reforçada com o auxílio de defensores de outros estados do país. Segundo ele, no próximo dia 22 haverá reunião com representantes da Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário e do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege). "A previsão é que cerca de 30 defensores de outros estados venham ao Maranhão participar desse trabalho", ressaltou.

Segundo o defensor-geral, já

está previsto para o próximo dia 27 o início do atendimento presencial no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Ele destacou que esse trabalho terá como ponto de partida o Centro de Detenção Provisória (CDP) e, em seguida, a Central de Custódia de Presos de Justiça de Pedrinhas, por serem unidades prisionais provisórias.

Aldy Mello Filho informou que, com relação aos detentos do interior do estado, que se encontram recolhidos nas duas unidades da capital, a competência ficará sob a responsabilidade da Corregedoria de Justiça. "Caberá à Corregedoria solicitar a remessa dos processos para análise pela Defensoria Pública e posterior deliberação do Ministério Público e do Judiciário", pontuou o defensor-geral do estado.

Todas as ações serão realizadas por um grupo que funcionará com o formato de uma secretaria judicial. A corregedora-geral do Tribunal de Justiça, desembargadora Nelma Sarney, garantiu que será disponibilizada infraestrutura e equipe de servidores que darão apoio ao grupo de trabalho, que por sua vez tem a finalidade de dar suporte aos demais juizes que atuam nas varas criminais.

## Etapas de trabalho do mutirão

Editoria de Arte



- Cinco salas serão disponibilizadas no 7º andar do Fórum Desembargador Sarney Costa para andamento dos trabalhos de análise processual pelo mutirão carcerário

- Participação do mutirão, 22 juizes de Direito, 28 promotores de Justiça e mais 21 defensores públicos do Estado, além de outros defensores que virão de outros estados do país

- Devem ser analisados mais de 1.000 processos na região metropolitana de São Luís

- Até o fim de janeiro deverá ser iniciada a segunda etapa, denominada fase presencial dos trabalhos, que será realizada

dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Esta etapa contará com o apoio do Ministério da Justiça e da Defensoria Pública da União

- Para orientar cada instituição envolvida no mutirão (Poder Judiciário, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública) foi elaborada uma Resolução Conjunta nº 01/2014, assinada pelos representantes de cada órgão;

- A criação da comissão de trabalho e atuação nas dependências do Fórum Desembargador Sarney Costa é a primeira etapa do conjunto de ações estabelecidas pela Resolução Conjunta

## Promotor de Justiça estima prazo para as ações processuais

**José Cláudio Cabral Marques acredita que análises podem ser concluídas em 15 dias**

O promotor de Justiça José Cláudio Cabral Marques, que participou da ação inicial de trabalho do mutirão carcerário, estima que num prazo máximo de 15 dias as ações de análise processuais possam ser concluídas. Ele admitiu, porém, que existe a possibilidade de alteração no cronograma.

“Esse processo não será a solução para o problema carcerário do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, mas irá identificar presos que são deslocados da capital pa-

ra o interior do estado ou de comarcas do interior que não têm defensor público. Nesse momento de crise, devemos aproveitar para avançar e não para cavar ainda mais a situação em que se encontra a dificuldade”, declarou.

José Cláudio Cabral Marques defendeu a união de forças para encontrar ‘uma saída honrosa’ para a resolução do problema que envolve instituições importantes. “Acredito que iremos conseguir superar esse momento delicado que vive o Maranhão. O importante nesse instante é dizer para a população que as instituições estão coesas e estão falando a mesma linguagem. Nós, maranhenses, temos a capacidade de debelar es-



**Iremos superar esse momento delicado que vive o Maranhão”**

**José Cláudio Cabral Marques,**  
promotor de Justiça

sa crise e que num prazo mínimo de até 15 dias tenhamos os traba-

lhos concluídos em sua fase processual. Depois vem a fase presencial”, comentou.

O promotor disse que foi criado “um gabinete de crise” para a resolução do problema no sistema carcerário do Maranhão e que com o auxílio de assessores do Ministério da Justiça, que estão em São Luís, as orientações acontecerão normalmente.

“Eles [assessores] estão aqui na capital trazendo experiências exitosas de outros estados, como, por exemplo, a vinda da representante da Secretaria de Administração Penitenciária do Paraná. É importante essa interligação para que haja informações sobre o sistema.”, enfatizou o promotor.





**COZINHANDO O GALO**

**GOVERNO QUER TRANSFERIR LÍDERES  
DE FACÇÕES SÓ APÓS O CARNAVAL**

PÁGINA 3



# Gov. Roseana cozinha o galo e não transfere presos para Presídio Federal

Continua indefinida a situação dos líderes das facções criminosas que seriam transferidos para Presídio Federal. O envio das malas sem alça, ainda não foi nem protocolado o pedido da transferência.

O alerta foi feito pelo presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Gervásio Santos. Segundo ele, estaria havendo dificuldade da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) em atender às exigências do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça.

“O resultado é que a transferência dos presos, grande medida de impacto anunciada pelo ministro da Justiça José Eduardo Cardoso, em conjunto com o Governo do Estado, ainda não foi operacionalizada até esta terça-feira devido à falta de estrutura da administração do sistema penitenciário do Maranhão”, alertou Gervásio Santos.

A opção pela transferência dos líderes das facções criminosas que dominam o Complexo de Pedrinhas foi tomada na última quinta-feira (9), quando o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, esteve em São Luís representando o Governo Federal com o objetivo de auxiliar o Executivo estadual maranhense no enfrentamento da crise do



O Governo do Estado ainda não se definiu sobre as remoções

sistema penitenciário. Dentre as medidas definidas como de importante impacto estaria a concessão de 50 vagas em presídios federais.

A transferência dos presos, como medida emergencial, também é defendida pela Presidência da Associação dos Magistrados do Maranhão como forma de debelar a crise no sistema prisional maranhense e permitir a adoção de medidas de médio e longo alcance. O posicionamento foi defendido pelo presidente Gervásio Santos durante reunião que ocorreu na última sexta-feira (10), no Fórum do Calhau, com a presença dos juizes da Execução Penal e Criminais da

capital.

A reunião também contou com a presença do secretário Sebastião Uchoa (Sejap), Aluisio Mendes (Segurança Pública), a corregedora geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney, Clarice Carlito, representante do Ministro da Justiça, e os promotores de Justiça José Cláudio Cabral e Carlos Avelar.

Na oportunidade, Gervásio Santos informou às autoridades que os juizes iriam priorizar a análise dos pedidos de transferência, realizando um grande esforço para que até esta quarta-feira (15) todos estivessem despachados.

Após a reunião, foi lavrada

uma ata na qual ficou registrado que a Sejap, a Secretaria de Segurança e o Ministério da Justiça dariam todo apoio para que não houvesse interrupção na instrução dos processos dos presos transferidos, inclusive garantindo o fornecimento do sistema de teleconferência.

Constou ainda na ata, que os pedidos de transferência, também assinados pelos representantes do Ministério Público, seriam protocolados ainda na tarde da mesma sexta-feira (10). A Corregedoria-Geral de Justiça e a Diretoria do Fórum de São Luís montaram uma estrutura especial para agilizar a análise dos pedidos de transferência e até agora não foram protocolados.

Na avaliação do presidente da AMMA, esse episódio demonstra, mais uma vez, que um dos fatores que permitiu que a crise chegasse a esse estágio agudo é a ausência histórica de boa governança do sistema penitenciário. “Espero que o Executivo Estadual não tente transferir a responsabilidade ao Judiciário da demora na transferência dos líderes das facções criminosas para o Presídio Federal. Afinal, como os juizes podem analisar os pedidos se sequer foram realizados?”, questiona Gervásio.



## Tribunal de Justiça do Maranhão inicia mutirão processual criminal

Teve início na manhã desta quarta-feira, 15, o mutirão processual para análise de processos criminais com réus presos. O trabalho faz parte das atividades da Comissão de Trabalho do Sistema Criminal, ação conjunta entre Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Ao abrir os trabalhos a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, destacou que a prioridade neste momento é fazer um levantamento de todos os processos de presos

provisórios custodiados na Grande Ilha.

A abertura dos trabalhos, que contou também com a presença da procuradora Rita Moreira e do defensor público geral do Estado, Aldy Mello, serviu para alinhar com os juízes, promotores e defensores públicos as diretrizes a serem adotadas no mutirão.

Nelma Sarney falou sobre a importância da união entre as instituições para a busca de uma solução e reforçou que cada uma atuará de forma au-

tônoma. "O mutirão reflete a vontade conjunta dos órgãos em colaborar com a solução da crise ora instalada. Cabe destacar que em cada processo será observada e respeitada a competência de cada órgão para se manifestar", assegurou a corregedora.

Composta pela Corregedoria Geral da Justiça, pela Unidade de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, pelo Ministério Público Estadual e pela Defensoria Pública do Estado, a comissão

tem a finalidade de conduzir e agilizar os trabalhos referentes ao mutirão carcerário, que conta, também, com apoio de servidores analistas e estrutura física adequada para desempenho das ações.

Estão previstos para atuar na fase processual 22 juízes de Direito, 28 promotores de Justiça e 21 defensores públicos do Estado. O mutirão processual ocorrerá em cinco salas, montadas no 7º andar do Fórum de São Luís, especialmente para esse serviço.

MP

## Denúncias de violência sexual em presídios serão investigadas

Foi instaurado um procedimento administrativo para apurar denúncias de violência sexual contra mulheres das famílias de presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas e dos demais estabelecimentos prisionais localizados na Comarca de São Luís. O procedimento foi instaurado pelo Ministério Público do Maranhão, por meio das Promotorias de Execução Penal da Comarca de São Luís.

A portaria que instaurou o procedimento, requisita dos diretores das unidades prisionais de São Luís, no prazo de 10 dias, a contar de terça-feira (14) informações acerca da existência de local específico para encontro íntimo de presos no estabelecimento prisional. Os promotores de justiça Pedro Lino Curvelo, Carlos Jorge Avelar e Willer Siqueira Gomes, respectivamente titulares das 32ª, 33ª e 31ª Promotorias de Justiça Criminais, assinaram a portaria.

Na resposta, deve conter

esclarecimentos sobre a quantidade, capacidade, frequência, critério de admissão da consorte e se a visitação social está sendo feita no interior das celas destinadas a recolhimento dos presos.

A medida é decorrente das notícias, amplamente divulgadas na imprensa local e nacional, a partir de relatório do Conselho Nacional de Justiça, de que as mulheres, irmãs e filhas de presos que não possuem expressão nas organizações criminosas que dominam os presídios e penitenciárias no Estado do Maranhão estariam sendo molestadas e obrigadas a manterem relações sexuais com os chefes das quadrilhas durante a visitação coletiva.

Com a investigação, o Ministério Público objetiva "apurar a veracidade da notícia, levantando prova da ocorrência do fato, e adotar as providências cabíveis para fazer cessar esse constrangimento e punir os responsáveis por essas transgressões". *Fonte: Imirante*



A medida é decorrente das notícias amplamente divulgadas na imprensa

## EMPOSSADO

Em cerimônia realizada no gabinete da presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, na tarde desta terça-feira (14 de janeiro), Lourival de Jesus Serejo Sousa tomou posse como membro substituto do órgão, na categoria desembargador. O magistrado foi eleito pelo Tribunal de Justiça para compor a Corte do TRE-MA em 18 de dezembro de 2013. Ele substitui o também desembargador José Luiz Oliveira de Almeida. Participaram do ato o desembargador José Ribamar Froz Sobrinho (presidente), os juízes Márlon Reis e Ana Lucrécia Bezerra Sodrê Reis, o diretor Gustavo Campos (geral) e os secretários Amudsen Bonifácio (Administração e Finanças) e Gualter Gonçalves (Tecnologia da Informação).



## • Mutirão carcerário

Uma reunião realizada na manhã desta quarta-feira, 15, no Fórum de São Luís marcou o início dos trabalhos do mutirão carcerário que tem o objetivo de identificar o número de presos provisórios nos estabelecimentos prisionais do Maranhão e dar andamento à situação processual dos demais apenados. Estiveram presentes a corregedora-geral em exercício do Ministério Público do Maranhão, Rita de Cássia Maia Baptista Moreira, o coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal, José Cláudio Cabral Marques e diversos promotores de justiça que atuarão no mutirão.

## • Análise

A primeira etapa dos trabalhos será a análise de aproximadamente 859 processos referentes a presos temporários da Comarca de São Luís. Vai ser realizada na própria sede do Fórum e contará com promotores de justiça, juízes e defensores públicos, num total de cerca de 20 membros de cada instituição. A previsão é que esse trabalho se estenda por até 15 dias.

## • Escolhas

A segunda etapa vai ocorrer no próprio Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no qual serão escolhidas duas unidades para sediarem os trabalhos. Para esse segundo momento, em que acontecerá o atendimento direto aos detentos, haverá o reforço da Força Nacional, Defensoria Pública da União e Ministério da Justiça.

**Governadora recebe  
secretária do Paraná  
e conhece experiência  
de gestão de presídios**  
GERAL 5

DIEGO CHAVES/OIMP/D.A.PRESS



Secretária de Justiça, Maria Tereza apresentou à governadora Roseana modelo de administração penitenciária

## ASSEMBLEIA

# Pedido de Impeachment será arquivado

Em decisão a ser publicada no Diário Oficial da Assembleia Legislativa, presidente Arnaldo Melo justifica que documento não segue a norma prevista e não tem justa causa

DIEGO EMIR

**N**ão durou nem 24 horas a tentativa de iniciarem um processo de impeachment contra a governadora Roseana Sarney (PMDB). Em decisão tomada a ser publicada no Diário Oficial da Casa, após parecer da Assessoria Jurídica da Assembleia Legislativa, o presidente Arnaldo Melo (PMDB) arquivou o pedido protocolado ontem por Murilo Morelli, do Coletivo de Advogados de Direitos Humanos (CADHU).

De acordo com informações obtidas com exclusividade pela equipe de **O Imparcial**, a justificativa de Arnaldo se baseará no não cumprimento da norma prevista, que exige a apresentação de dois documentos originais referentes ao pedido e sua sustentação, no entanto,



GILSON TEIXEIRA / O IMPARCIAL

Após parecer técnico da assessoria jurídica, presidente Arnaldo Melo decidiu por arquivar pedido de impeachment

16/01/2014 10:00:00



somente um original e uma cópia foram apresentados. O presidente também justificou que o pedido de impeachment não tem justa causa e que esta solicitação deveria ser feita apenas em caso de extremidade, o que não ocorre no estado, uma vez que a situação da crise carcerária e da segurança está contornada, após anúncio de medidas emergenciais tomadas pelo governo estadual e também por conta da presença do ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, representando o governo federal.

O líder do PMDB, Roberto Costa, comemorou a decisão do presidente, "não existe nenhuma segurança jurídica no pedido feito por um grupo de advogados de fora do Maranhão, foi um factóide político criado com interesse eleitoreiro e quem assinou o pedido não conhece o Maranhão, nem apresentou embasamento suficiente para reivindicar algo, o bom senso prevaleceu", declarou o parlamentar.

Ao receber o parecer da assessoria jurídica do parlamento estadual, Arnaldo Melo teria convocado uma reunião com

» Saiba mais

## Regimento prevê arquivamento

*De acordo com o artigo 277 do Regimento da Assembleia Legislativa, o presidente da recebendo a representação com firma reconhecida e rubricada folha por folha em duplicata, enviará imediatamente um dos exemplares ao Governador; porém lhe é conferido também o direito de acordo com o inciso 4º, que ele tem autonomia para arquivar qualquer representação.*

alguns deputados e estes avaliaram como se comportar após a orientação técnica. Participaram do encontro César Pires (DEM), Roberto Costa (PMDB), Edilázio Júnior (PV), Carlos Alberto Milhomem (PSD), Marcos Caldas (PRTB), Alexandre Almeida (PTN), Antônio Pereira (DEM) e Vianey Bringel (PMDB) e todos decidiram em apoiar a decisão do presidente de arquivar o pedido de impeachment.

Procurado para falar sobre o procedimento adotado, Arnaldo Melo não quis ainda se pronunciar oficialmente, mas disse que sua assessoria teria constatado alguns erros na peça e que o caminho adotado seria pelo arquivamento. Já Edilázio, informou que durante a reunião já tinha sido informado que os proponentes do pedido de impeachment deveriam refazer o procedimento, "foi identificado um erro durante a apresentação do documento e ficou decidido por arquivar".

Diante da opção tomada pelo presidente da Assembleia Legislativa, cabe recurso aos proponentes do pedido, no entanto, existe uma dúvida jurídica de como deve ser o procedimento a ser tomado. O advogado especialista em Direito Eleitoral, Rodrigo Lago, diz que não há uma legislação específica para o assunto, porém, neste caso, segue o padrão do Congresso Nacional, que consiste na apresentação de recurso no Tribunal de Justiça e/ou no plenário do parlamento estadual, mas este só poderia ocorrer, após a volta do recesso.



Foi um factóide político criado com interesse eleitoreiro e quem assinou o pedido não conhece o Maranhão, nem apresentou embasamento suficiente para reivindicar algo, o bom senso prevaleceu

**Roberto Costa,**  
líder do PMDB na Assembleia

---

**1** Os presos mais perigosos que serão transferidos do Maranhão para penitenciárias federais ainda passam por verificação criteriosa pelo Comitê Integrado de órgãos do Executivo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. Os processos de cada um estão passando por análise antes de serem embarcados, com autorização judicial. Tudo no sigilo.

## **Caso Pedrinhas**

*O presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Gervásio Santos, alertou ontem sobre o fato de nenhum preso haver sido transferido de Pedrinhas para presídios federais. Para ele, a Sejap estaria encontrando dificuldade em atender ao Departamento Penitenciário Nacional (Depen) do Ministério da Justiça.*



## CÁRCERE

# Lista de presos sem data para sair

ISMAEL ARAÚJO

Há mais de doze dias que a cúpula do sistema de Segurança Pública ficou de informar à imprensa os nomes dos internos que serão transferidos para os presídios federais ainda neste mês. Desde o dia 6, o governo do estado aceitou a oferta do Ministério da Justiça de transferir 24 presos, principalmente, aqueles que foram os responsáveis pela ação criminosa ocorrida, no último dia 3, do Complexo Penitenciário de Pedrinhas para as casas de detenção de outros estados.

A direção da Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) informa que os nomes irão ser anunciados assim que o Poder Judiciário liberar a lista dos transferidos e, até o momento, não tem data precisa. Esse remanejamento dos internos, o Departamento Penitenciário Nacional conta com o apoio da Polícia Federal

e, nos presídios federais, eles serão submetidos ao regime de segurança máxima, com direito a apenas uma hora de banho de sol por dia e mantidos em celas isoladas.

Desde a primeira semana deste mês, uma série de reuniões está ocorrendo entre os representantes de segurança e da Justiça para acertar a transferência desses internos. De acordo com o secretário da Sejap, Sebastião Uchôa, a transferência ainda está em estudo, *pois é necessário fazer primeiramente uma análise criteriosa em conjunto com a Secretaria de Segurança, ou seja, verificar critérios técnicos e jurídicos.* “Foi dado o alvo do governo da transferência, mas precisa ser feito de forma cautelosa”, comentou.

Já o Ministério da Justiça decidiu prorrogar por mais dois meses a presença da Força Nacional nas unidades penitenciárias, pois, além de reforçar a segurança e coibir a violência dentro das prisões, a tropa federal terá a missão de ajudar o governo local a controlar eventuais retaliações dos detentos.

## SEGURANÇA

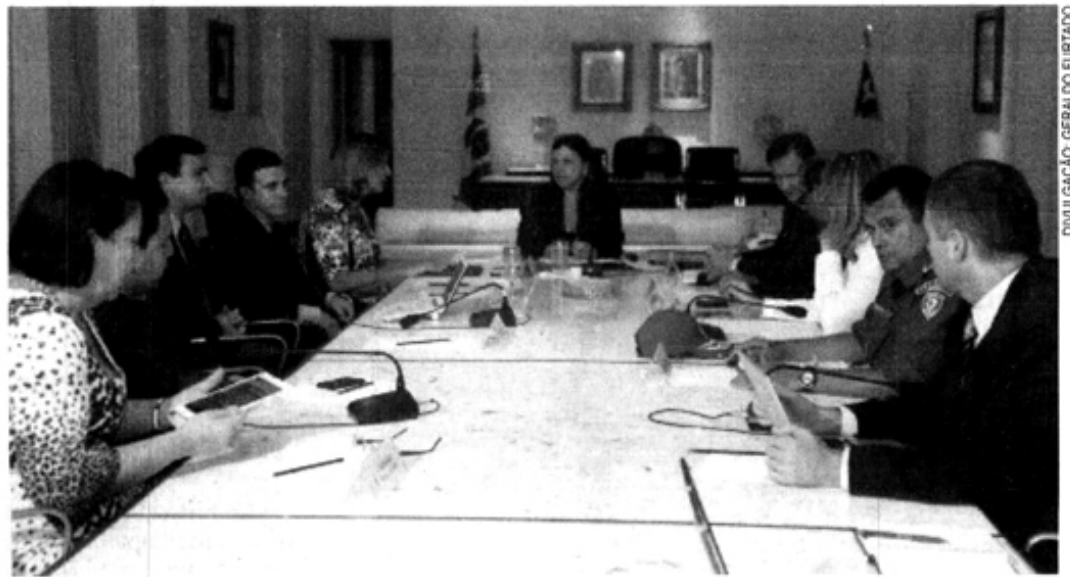
# Troca de experiências

Governadora Roseana Sarney se reúne com secretária de Justiça do Paraná, que apresenta modelo exitoso desenvolvido e que pode ser transferido para o Maranhão

**A** governadora Roseana Sarney (PMDB), acompanhada de integrantes do Comitê Gestor de Ações Integradas do Governo do Estado, recebeu a visita da secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Maria Tereza Uille Gomes. No encontro, realizado na tarde de ontem, no Palácio dos Leões, a secretária apresentou experiências exitosas de administração penitenciária, com o objetivo de colaborar na solução da crise prisional no Maranhão.

No encontro, a governadora expôs o detalhamento das ações que já estão sendo desenvolvidas pelo Estado. "É importante recebermos também contribuições de estados que já passaram por problemas no sistema carcerário, como o caso do Paraná. Com isso, aprendemos com experiências de sucesso e podemos utilizar essas informações no sistema penitenciário do Maranhão", afirmou a governadora Roseana.

A paranaense, que também preside o Conselho Nacional de Secretários Estaduais da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej), estava acompanhada de assessores e técnicos da secretaria. Na reunião, a secretária apresentou o modelo de gestão



DIVULGAÇÃO: GERALDO FURTADO

**Roseana em encontro com a secretária de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná, Maria Tereza**

utilizado na Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, como a ferramenta de Business Intelligence (BI), que permite integrar dados do Poder Executivo e Poder Judiciário para acompanhamento dos presos, e a atualização permanente dos dados.

Ela destacou que o BI dá agilidade e efetividade aos mutirões carcerários, permite o controle da população carcerária e a regulação da porta de entrada e saída do Sistema Penal. Também participaram da reunião

os Secretários de Estado Aluisio Mendes (Segurança Pública), Sebastião Uchoa (Justiça e Administração Penitenciária), Luiz Oliveira (Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania), Catharina Bacelar (Mulher); e o comandante da PMMA, coronel Aldimar Zannoni Porto.

Tereza Uille Gomes fica em São Luís até amanhã. Nesse período ela participa de reuniões com representantes do Tribunal de Justiça, Ministério Público e Defensoria Pública.

No encontro, também foi ressaltado que, ontem, teve início uma força tarefa da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), do Ministério Público (MPMA) e do Poder Judiciário com a finalidade de proceder à análise da situação processual de todos os presos provisórios e definitivos da capital e do interior do estado. A ação é uma das 11 medidas a serem realizadas em parceria pelos governos do Estado e Federal em prol da Segurança Pública no Maranhão.

## **Apurar tudo (1) Apurar tudo (2)**

*O Ministério Público do Maranhão resolveu investigar as denúncias de que mulheres familiares de presos teriam sido abusadas sexualmente dentro do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, por imposição de chefes das quadrilhas que dominaram o local. Realmente é preciso esclarecer os fatos, que, se verdadeiros, são da maior gravidade.*

*Os promotores de Justiça Pedro Lino Curvelo, Carlos Jorge Avelar e Willer Siqueira Gomes pediram informações aos diretores dos presídios, no prazo de 10 dias. Como a Sejap tem negado a existência do fato, assim como a Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA e também o desembargador Froz Sobrinho, do núcleo do CNJ, é oportuno que o MP tire a prova dos nove.*



Maranhão

# Iniciado o mutirão que analisará situação processual de presos

Foi iniciada, nesta quarta-feira (15), uma força tarefa da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), do Ministério Público (MPMA) e do Poder Judiciário com a finalidade de proceder à análise da situação processual de todos os presos provisórios e definitivos da capital e do interior do estado.

As atividades estão detalhadas em resolução conjunta da DPE/MA, MPMA e Tribunal de Justiça do Maranhão, que instituiu uma comissão de trabalho do sistema de justiça criminal, constituída por representantes dos referidos órgãos, com fins específicos de identificar e diagnosticar o quantitativo de presos custodiados nos diversos presídios do Maranhão e apreciar a situação processual de cada um, adotando as providências cabíveis no âmbito da competência de cada órgão.

Presente no início dos trabalhos, o defensor geral do Estado, Aldy Mello Filho, explicou que o mutirão terá caráter processual e presencial. "A partir de hoje (15), até o mês de abril, 21 defensores públicos da capital, com atuação nas Varas Criminais



Aldy Mello Filho, Mariana Albano de Almeida e Fabíola Barros com defensores públicos que atuarão no mutirão carcerário

e de Execução Penal, procederão à análise dos processos em tramitação nas Varas Criminais, postulando as medidas judiciais cabíveis, dentre elas, pedidos de liberdade provisória para aqueles que façam jus a tais benefícios, à luz das disposições legais", destacou.

O defensor geral adiantou, ainda, que está previsto, para o próximo dia 27, o início do atendimento presencial no Complexo de Pedrinhas, começando pelo Centro de Detenção Provisória (CDP) e pela Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) de Pedrinhas, que

são unidades de presos provisórios. "Em relação aos presos do interior, que se encontram recolhidos nessas unidades, a Corregedoria de Justiça solicitará a remessa dos processos para análise pela Defensoria Pública e posterior deliberação do Ministério Público e do Judiciário", relatou.

A ação será reforçada com o auxílio de defensores públicos de outros estados. "No próximo dia 22 haverá uma reunião com a Secretaria Nacional de Reforma do Judiciário, o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condege) e a Defensoria Pública (DPE/MA) para

deflagrar o início dos trabalhos. A previsão é de que chegarão ao Maranhão para participar das ações 30 defensores públicos de outros estados", informou Aldy Filho.

A corregedora geral de Justiça, Nelma Sarney, destacou a importância de uma atuação em conjunto das instituições integrantes do sistema de Justiça no sentido de contribuir para o enfrentamento da crise no sistema penitenciário local. "O Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público, através de suas representações institucionais e órgãos da execução, participam do Comitê de Gestão Integrada do Plano de Ação de Pacificação das Prisões em São Luís. A revisão dos processos é a nossa forma de contribuir na busca de soluções para o problema", disse.

Também participaram da abertura dos trabalhos, a sub-defensora geral do Estado, Mariana Albano de Almeida, a corregedora geral da DPE, Fabíola Almeida Barros, a corregedora do MPMA em exercício, Rita de Cássia Baptista Moreira, juizes, promotores e defensores públicos.

## Sessões de júri popular no Fórum de São Luís começam terça-feira

Começam na próxima terça-feira (21), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, as sessões de júri popular de 2014. No mês de janeiro, serão julgados 17 acusados de homicídio ou tentativa de homicídio. Os júris começam às 8h30, nos salões de sessões, localizados no 1º andar do fórum.

No 1º Tribunal do Júri sentarão no banco dos réus Marcelo Lopes de Sousa (dia 22); Ismael Oliveira Silva (24); Amaral Barbosa Neres (27); Raimundo José Sousa da Silva Júnior, Wil Robson Castro da Silva e Florismar Henrique Pereira (29); e Ricardo Pinheiro Mendes (31).

As sessões do 2º Tribunal do Júri começam com o julgamento de Jean Carlos Moraes da Silva, no dia 21, Wellington Santos Lemos (23), Moisés Magno Soares Rodrigues (27), Genilson Pereira (29) e Josuel Ferreira Costa (31).

Já no 4º Tribunal do Júri serão julgados Marcos Wendel de Oliveira Costa (21), Júlio dos Santos Gomes (23), José Gleison Araújo Oliveira (28), Clelton Roberto Moraes e Ney Costa da Silva (30).

No 3º Tribunal do Júri não haverá sessão em janeiro, começando os julgamentos no dia 11 de fevereiro.

# MP vai investigar denúncias de violência sexual dentro dos presídios

*Diretores dos presídios de São Luís têm 10 dias para prestar informações sobre supostos abusos*

O Ministério Público do Maranhão, por meio das Promotorias de Execução Penal da Comarca de São Luís, instaurou procedimento administrativo para apurar denúncias de violência sexual contra mulheres das famílias de presos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas e dos demais estabelecimentos prisionais localizados na Comarca de São Luís. A portaria que instaurou o procedimento, assinada em conjunto pelos promotores de

Justiça Pedro Lino Curvelo, Carlos Jorge Avelar e Willer Siqueira Gomes, respectivamente titulares das 32ª, 33ª e 31ª Promotorias de Justiça Criminais, requisa dos diretores das unidades prisionais de São Luís, no prazo de 10 dias, a contar desta terça-feira (14), informações acerca da existência de local específico para encontro íntimo de presos no estabelecimento prisional.

Na resposta, deve conter esclarecimentos sobre a quantida-

de, capacidade, frequência, critério de admissão da consorte e se a visitação social está sendo feita no interior das celas destinadas a recolhimento dos presos.

A medida, justificam os promotores, é decorrente das notícias, amplamente divulgadas na imprensa local e nacional, a partir de relatório do Conselho Nacional de Justiça, de que as mulheres, irmãs e filhas de presos que não possuem expressão nas organizações criminosas que do-

minam os presídios e penitenciárias no estado do Maranhão estariam sendo molestadas e obrigadas a manterem relações sexuais com os chefes das quadrilhas durante a visitação coletiva. Com a investigação, o Ministério Público objetiva "apurar a veracidade da notícia, levantando prova da ocorrência do fato, e adotar as providências cabíveis para fazer cessar esse constrangimento e punir os responsáveis por essas transgressões".



## MIUDINHAS

- Portaria assinada pelo juiz Rogério Pelegrini Tognon Rondon, diretor do Fórum e titular da 1ª vara da Comarca de Codó, suspende o expediente do Poder Judiciário da unidade na próxima segunda-feira (20), ficando o atendimento restrito aos “atos tidos como urgentes por lei”.

- A medida atende a feriado municipal instituído em lei – Lei Municipal nº 308, de 19 de janeiro de 1967 – que comemora o dia consagrado ao padroeiro da cidade, São Sebastião. De acordo com a portaria, os prazos processuais também ficam suspensos na data.

- Informações referentes à execução orçamentária e financeira, aos recursos humanos e remunerações aplicadas na Justiça Estadual podem ser acessadas, em tempo real, sem restrições, por qualquer cidadão no Portal da Transparência do Judiciário ([www.tjma.jus.br/financas](http://www.tjma.jus.br/financas)).

## Feriado na Comarca de Codó

Portaria assinada pelo juiz Rogério Pelegrini Tognon Rondon, diretor do Fórum e titular da 1ª vara da Comarca de Codó, suspende o expediente do Poder Judiciário da unidade na próxima segunda-feira (20), ficando o atendimento restrito aos “atos tidos como urgentes por lei”.

A medida atende a feriado municipal instituído em lei – Lei Municipal nº 308, de 19 de janeiro de 1967 – que comemora o dia consagrado ao padroeiro da cidade, São Sebastião. De acordo com a portaria, os prazos processuais também ficam suspensos na data.

# MP inspeciona Presídio Feminino de São Luís

Os promotores de Justiça Wil-ler Siqueira Gomes e Carlos Jorge Avelar, titulares da 31ª e 33ª Promotorias de Justiça Criminal, respectivamente, que atuam na fiscalização de presídios, inspecionaram, na manhã de ontem (15), a situação das detentas da Penitenciária Feminina de São Luís. A vistoria é realizada mensalmente e atende determinação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A unidade faz parte do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Os representantes do MPMA questionaram a diretora da unidade, Verônica Florcely Ramalho, sobre o funcionamento do presídio, o número de agentes, o atendimento médico, o acompanhamento das grávidas e o número de presas sentenciadas e provisórias. Atualmente, existem 49 mulheres sentenciadas e 95 em regime provisório, aguardando manifestação da Justiça.

A diretora da Penitenciária Feminina alertou os promotores so-



DIVULGAÇÃO

PROMOTORES OUVEM internas em visita ao Presídio Feminino

bre o clima de instabilidade criado pelas declarações do juiz da 2ª Vara de Execuções Penais, Carlos Roberto de Paula. Ele sugeriu a transferência de presos do Presídio São Luís para a unidade feminina como forma de reduzir a superlotação nas unidades masculinas.

"Isso deixou as detentas preocupadas e ansiosas", afirmou Verônica Ramalho.

Na avaliação do promotor Wil-ler Siqueira, essa medida é inviável e a liberação das mulheres não resolveria a situação carcerária no estado. "Cria-se uma falsa expecta-

tiva que não pode e nem será cumprida".

A opinião é compartilhada pelo promotor de Justiça Carlos Jorge Avelar. "O Ministério Público é radicalmente contra a ideia de transferir os presos e ocupar a penitenciária feminina. Não é possível resolver um problema criando outro maior ainda". O titular da 33ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís também destacou que a unidade foi criada, com recursos da União, para abrigar, especificamente, as mulheres.

Ao final da inspeção, os promotores se reuniram com as detentas para explicar os procedimentos legais de progressão dos regimes das penas. Eles anunciaram que vão analisar todos os processos das sentenciadas a partir da próxima semana e pediram calma nesse momento de crise. "Mantenham o bom comportamento. A progressão do regime para aquelas que tiverem direito será garantida. O Ministério Público vai avaliar todos os casos", afirmou Carlos Avelar.



# AMMA reclama de demora na transferência de presos

A AMMA (Associação de Magistrados do Maranhão) manifestou preocupação com o que chamou de lentidão na transferência de presos no complexo penitenciário de Pedrinhas para presídios federais.

“Temos 50 vagas oferecidas pelo Ministério da Justiça, mas até agora nenhum pedido foi protocolado para os juízes autorizarem as transferências”, disse o juiz Gerásio Santos, presidente da entidade e titular da 6ª Vara Cível.

A oferta de vagas em presídios federais foi formalizada pelo ministro Eduardo Cardozo em visita a São Luís na semana passada.

O juiz Santos também comentou que julga ser adequado o prazo de 60 dias definido em decisão judicial desta segunda para que o governo do Maranhão construa presídios e reforme o complexo de Pedrinhas.

Segundo seu raciocínio, já em outubro o Estado admitiu que precisava reconstruir Pedrinhas. Naquele mês, após nova rebelião, o governo decretou situação de emergência, medida que permite a dispensa de licitação para contratar empresas para a reforma.

“Desde outubro o Estado já tem claro a necessidade de reforma. Não é a sentença que trouxe essa informação ao governo”, disse o magistrado.

Procurado para comentar a alegada lentidão na transferência, o governo do Maranhão não se pronunciou.

A remoção de líderes de presídios para outras unidades não é consenso. Na opinião do juiz da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Fernando Mendonça, a transferência pode fortalecer e até unificar facções.

*(Folha Online)*



*“O Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público, através de suas representações institucionais e órgãos da execução, participam do Comitê de Gestão Integrada do Plano de Ação de Pacificação das Prisões em São Luís. A revisão dos processos é a nossa forma de contribuir na busca de soluções para o problema”, disse a corregedora-geral de Justiça, Nelma Sarney.*

## *Tornozeleiras eletrônicas para presos começarão a ser usadas no Maranhão*

As tornozeleiras eletrônicas, equipamentos para monitorar presos que estão fora de unidades penitenciárias, começarão a ser utilizadas no Maranhão, que vive uma crise no sistema prisional do Estado. Os primeiros aparelhos chegam nesta quinta-feira. **PÁGINA 3 [C1]**



## *Tornozeleiras eletrônicas para presos começarão a ser usadas no Maranhão*

As tornozeleiras eletrônicas, equipamentos para monitorar presos que estão fora de unidades penitenciárias, começarão a ser utilizadas no Maranhão, que vive uma crise no sistema prisional do Estado. Os primeiros aparelhos chegam nesta quinta-feira (16) a São Luís.

Outros estados, como São Paulo, já recorrem ao equipamento, que serve como alternativa para reduzir a superlotação nos presídios.

Segundo o juiz da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís (MA), Fernando Mendonça, o aparelho poderá ser destinado ao controle de algumas categorias de presos, entre eles os provisórios e os que cumprem prisão domiciliar ou medidas cautelares (um homem que responde por agressão pela Lei Maria da Penha, por exemplo, e não pode se aproximar da vítima).

Também poderá ser monitorado o preso condenado por estupro ou homicídio que adquire o direito de usufruir a liberdade condicional. "Pode ser uma forma de acompanhá-lo no início, para que ele não fique completamente solto na rua, sem controle", disse Mendonça. A escolha dos detentos ficará a cargo dos juízes.

Em visita ao Maranhão na semana passada, o ministro da Justiça Eduardo Cardozo anunciou um comitê contra crise de segurança no estado. O uso das tornozeleiras eletrônicas estava previsto entre as medidas de apoio anunciadas pelo ministério.

Na opinião do juiz, o monitoramento eletrônico pode amenizar a crise penitenciária do estado. "Ele poderá ajudar a distensionar o presídio por causa da superlotação."

## ***Informações financeiras do Judiciário***

Informações referentes à execução orçamentária e financeira, aos recursos humanos e remunerações aplicadas na Justiça Estadual podem ser acessadas, em tempo real, sem restrições, por qualquer cidadão no Portal da Transparência do Judiciário ([www.tjma.jus.br/financas](http://www.tjma.jus.br/financas)).

O portal reúne a quantificação do quadro funcional e dos cargos em comissão, salários de magistrados e servidores, e ainda o detalhamento de contratos nas áreas de serviços e obras, incluindo valores. Estão disponíveis dados atualizados sobre o orçamento público, empenhos e pagamentos, veículos oficiais, diárias e indenizações.

É possível, também, acompanhar o resumo do orçamento segundo as fontes de recursos e o resumo mensal da execução orçamentária e financeira.

Antes mesmo de se tornar uma exigência do CNJ e da Lei de Acesso à Informação, o TJ-MA já publicava, no seu site, todas as informações sobre gestão administrativa e financeira. Pelo conceito de eficiência o sistema adotado pelo TJ-MA já serviu de modelo para sistemas de outros tribunais do país.